

**O APAGAMENTO DA HISTÓRIA COMO
ESTRATÉGIA DE CONTROLE SOCIAL:
UMA LEITURA DE QUATRO-OLHOS,
DE RENATO POMPEU**

CALEGARI, Lizandro Carlos¹

¹ Doutorando em Estudos Literários pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Participante do Projeto Integrado Literatura e Autoritarismo.

RESUMO: O propósito deste trabalho consiste em refletir sobre a questão do esquecimento e do apagamento da história tendo como base o romance *Quatro-olhos*, de Renato Pompeu, publicado em 1976. Pretende-se demonstrar que a elite dominante vale-se de estratégias ideológicas para camuflar certos episódios históricos que se assentam sobre práticas violentas e autoritárias. O esquecimento organizado propiciaria o controle social, já que não dessacralizaria as estruturas de poder arquitetadas pela classe dirigente. O livro de Pompeu, considerando-se essa linha de pensamento, apresenta indícios que permitem verificar que a não rememoração de fatos agônicos pretéritos não é casual, mas condicionada por agentes políticos. As contribuições teóricas de Walter Benjamin são favoráveis aos argumentos que se pretende desenvolver nessa pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Esquecimento, Controle Social.

ABSTRACT: The main purpose of this paper is to reflect upon the forgetfulness and the deletion of History in Renato Pompeu's *Quatro-olhos*, published in 1976. The work intends to demonstrate that the dominant elite makes use of ideological strategies to hide certain historical episodes that settle on violent and authoritarian practices. The organized forgetfulness would propitiate the social control, since it wouldn't desacralize structures of power built by the head class. Pompeu's novel, considering kind of approach, presents elements which show that the impossibility of remembering or recognizing past violent facts is not casual, but conditioned by political agents. Walter Benjamin's theoretical contributions underscore the arguments developed in this research.

KEYWORDS: Memory, Forgetfulness, Social Control.

Quatro-olhos foi publicado em 1976, um ano depois da divulgação da Política Nacional de Cultura do governo Ernesto Geisel, a qual, na prática, significou a manutenção da censura prévia e de uma disposição repressiva ainda mais contundente em relação aos primeiros tempos do regime militar. A obra de Renato Pompeu, não obstante manifestasse um posicionamento crítico contra o sistema político da época, ao que parece, burlou essa vigilância.

No caso da literatura brasileira produzida nos anos 1970, talvez um dos romances que melhor põe em evidência a questão do esquecimento e do apagamento da memória seja *Quatro-olhos*. O enredo da obra radica em torno dos seguintes acontecimentos: o protagonista – que, a rigor, dá nome

ao texto – tem o apartamento invadido pela polícia que tenta capturar sua mulher, professora universitária e militante revolucionária, que, no entanto, consegue fugir. A polícia, na ocasião, vasculha a residência e confisca um livro cuja postura é subversiva, por contestar o regime autoritário em curso na referida época. Presumindo ser *Quatro-olhos* o autor, ele é preso, provavelmente torturado e, subsequente, internado numa clínica de saúde mental. Ao se reabilitar, busca reconstituir o trabalho original, no entanto, conclui que determinada proeza seria impossível, pois, ao fazê-lo, percebe que não se lembra dos fatos nele contido.

Renato Franco (2003) tece comentários a respeito da literatura produzida no Brasil nos anos 70 e confere certo destaque ao romance em apreciação, pautando-se, basicamente, na questão relativa ao esquecimento. Em suas considerações, o crítico coloca que o conteúdo do esquecimento problematiza a própria concepção de identidade do protagonista, já que esse último, então dilacerado, não consegue unir o passado ao presente. Na visão do autor, isso concorre para que a narração comporte duplo sentido: “a luta pela reconstituição do livro original é tanto a luta para superar o esquecimento – para recuperar a matéria socialmente recalcada – como para reconstruir sua própria história e, nessa medida, sua identidade” (p. 370).

Nesse sentido, os referidos aspectos permitem que se elabore a idéia de que existe um confronto estabelecido entre memória e esquecimento colocado por diversos atores sociais e políticos nos países de tradição autoritária, como é o caso do Brasil, que, no passado recente, vivenciou uma experiência limite associada ao impacto da Ditadura Militar. Assim, no caso de *Quatro-olhos*, a narrativa ganha dimensão de denúncia, o que a transforma num modo de criticar a realidade política daquela ocasião.

Em relação à memória, no plano individual, através de critérios diversos, ela tem a capacidade de selecionar, organizar e sistematizar lembranças daquilo que foi vivenciado. Isso equivale a dizer que não existe memória sem esquecimento, uma vez que a ação subjetiva de lembrar o passado acaba sendo tão rotineira no cotidiano de cada um que se perde a

noção da necessidade de aferir a veracidade dessa rememoração. As constatações de Nietzsche ratificam essa idéia. Segundo o filósofo, “é totalmente impossível de se viver sem o esquecimento” (*apud* SELIGMANN-SILVA, 2003: 60).

Em *Quatro-olhos*, o percurso de raciocínio deve ser considerado de um outro viés. Nele, embora o uso da memória e o esquecimento da história sejam atributos individuais, a obra, na verdade, alegoriza uma situação coletiva. Aliás, a perspectiva de que a memória consista em algo somente individual está superada. Estudos de diversa origem disciplinar coincidem na experiência compartilhada da memória, ou seja, na sua natureza social. Um estudo acerca desse particular é desenvolvido por Enrique Serra Padrós (2002).

Em suas abordagens, o autor indica que, mesmo quando envolvem experiências pessoais, as lembranças resultam da interação com outras pessoas, contribuindo, assim, para que a memória seja fator fundamental tanto de identidade e de suporte dos sujeitos coletivos quanto na preservação da experiência histórica acumulada. Desse modo, sendo, pois, uma construção, ela é perpassada, veladamente, por mediações que expressam relações de poder que hierarquizam – segundo os interesses dominantes – aspectos de classe, políticos, culturais. Serra Padrós comenta, ainda, que “[i]sto não é produto do acaso; é sim, resultado da relação e interação entre os diversos atores históricos em um determinado momento conjuntural” (p. 81).

No instante em que *Quatro-olhos* inicia o seu relato, ele procura fornecer dados sobre os originais. Nessa ocasião, ele alerta para os problemas de recuperação do passado bem como exclui informações sobre o contexto histórico:

Perdi os originais há muitos anos, em circunstâncias que não me convém deixar esclarecidas. Do trabalho, tão importante, guardo apenas memória vaga; de que havia, indubitavelmente, um tema, ou vários temas, e mesmo um ou outro personagem, mas não consigo reproduzir um único gesto, nenhuma situação ou frase. (POMPEU, 1976: 15)

A inconveniência em explicitar as circunstâncias e as condições de produção do livro original elaborado por *Quatro-olhos* sugere que a censura sobre a memória em regimes de

exceção é “indutora de um ‘esquecimento organizado’” (PADRÓS, 2002: 89). O personagem – que é escritor e, portanto, sob a ótica da classe dirigente da época, um sujeito subversivo ao sistema – é incapaz de articular os acontecimentos de maneira ordenada e lógica, segundo ele próprio afirma. Isso gera a premissa, nesse caso, de que a elite é determinante do que pode ser lembrado e do que deve ser esquecido. Ademais, o extravio do trabalho, por parte da classe dirigente, implica pensar a tentativa de apagamento do passado agônico, o que contribui para que a elite mantenha o poder sob o seu domínio.

Com base nessas ocorrências, verifica-se que a discussão acerca da memória está centrada numa correspondência dialética posta entre as circunstâncias passadas e presentes. A memória, nesse caso, consistiria, pois, num amálgama cuja função seria de conexão, articulação e relacionamento dos elementos temporais, espaciais, identitários e históricos. Acontece, no entanto, que a história não é neutra; ela é, nos termos de Hannah Arendt (1973), um constructo ideológico, o que leva a concluir, então, que não existe neutralidade mesmo nos registros da memória.

Em seu estudo sobre o conceito da história – que é, inclusive, uma teoria da memória –, Walter Benjamin (1985) investe, insistentemente, na constante busca pela rememoração do passado. Dentre os diversos pontos aí arrolados, o filósofo tece comentários a respeito do historicismo. Segundo o autor, esse último “culmina legitimamente na história universal”, que, por sua vez, “não tem qualquer armação teórica”, e o “[s]eu procedimento é aditivo” (p. 231). De acordo com esses pressupostos, o historicismo, sob a aparência de uma pesquisa objetiva, “acaba por mascarar a luta de classes e por contar a história dos vencedores” (Cf. GAGNEBIN, 1982: 62), culminando, assim, no apagamento da memória dos excluídos, isto é, dos esquecidos da memória oficial. Logo, o desvendamento do passado é importante conquanto visa a dessacralizar conceitos e atomizar discursos com o fito de pôr em xeque a tradição dos poderosos.

A propósito, tomando as definições expressas por Enrique Serra Padrós (2002), a relação entre história e memória se estabelece nos seguintes termos. A história se alimenta da

memória, podendo, inclusive, tomá-la como objeto, matéria-prima ou ponto de partida; no entanto, não pode construir conhecimento exclusivamente a partir dela, pois corre o risco de não avaliar com precisão o grau de parcialidade, subjetividade, superficialidade e deformação que pode conter, o que leva a um possível comprometimento do seu trabalho dentro da perspectiva do que sejam os parâmetros aceitáveis na produção de conhecimento histórico.

O aludido fragmento de *Quatro-olhos* parece satisfazer o percurso de raciocínio dos referidos autores. O narrador-protagonista da obra – que pode ser considerado, aqui, alegoricamente, como referência à classe redimida – não consegue organizar os fatos organicamente, ou seja, é incapaz de narrar ou articular satisfatoriamente os diversos momentos da história. Isso se deve em ocasião do seguinte motivo básico: as circunstâncias históricas – no caso, a censura previa a que o regime militar aderiu – não autorizam o posicionamento crítico do sujeito. Isso concorre para que determinados episódios se percam, comprometendo a veracidade e a integridade dos fatos.

Deste modo, as tragédias históricas extintas em decorrência das táticas de apagamento da memória contribuem para que os vínculos entre o passado e o presente sejam destruídos. Segundo Benjamin (1985), existe uma relação entre os acontecimentos atuais e os episódios pretéritos, e a ruptura desse vínculo é determinante na consolidação de ideologias que se agregam em prol dos interesses da elite. Por isso, o amadurecimento dessa consciência é importante conquanto abre à humanidade um leque de indagações a respeito de seu próprio estar-no-mundo, de seus valores e, acima de tudo, de suas perspectivas. A tentativa de se manterem vivas as lembranças do passado – tal como se processa em *Quatro-olhos* – ameaça a ordem autoritariamente imposta pelos poderosos, pois é através desse resgate histórico que se tornam explícitas suas falhas e suas inconsistências. Essas considerações são pertinentes na interpretação de *Quatro-olhos*. O narrador-protagonista se esforça para rememorar o passado, mas se depara com a insegurança na reconstituição dos fatos:

Meu amigo funileiro, então ainda estava por perto, com a mulher dele, porquanto creio até que já tinha filhos, tempo em que eu estava desesperado atrás dos originais desaparecidos e me recordo que então sabia de cor algumas frases, como hoje esqueci todas. Uma delas dizia assim: “Por aquela tarde estava marcada uma grande repressão no centro da cidade. O rádio dizia isso a cada meia hora, entre anúncios do anil Colman e propagandas do corante Guarany. (...) Segundo as instruções, repetidas aliás de escola em escola, de lar em lar e nas bulas de remédio, não se poderia conversar com estranhos na rua, nem com os vizinhos nos bancos de ônibus e junto aos pontos deveria haver filas; também haveria necessidade de, para adquirir gêneros alimentícios nos armazéns, doces em carrinhos de mão, cuidados no médico, haveria necessidade de dar algo em troca, de preferência notas do Tesouro Nacional. (...) Segundo os mais velhos no bairro, essa situação absurda perdurava já há algum tempo. Tais boatos, porém, não merecem crédito”.

Hoje não me lembro mais de ter escrito essas palavras. Mas aquela manhã eu sabia que havia perdido, pois alguém me avisara de que as lera em folhas espalhadas num ônibus de alguma linha que passasse no largo de Pinheiros; era o meu livro, jogado no último banco, um desses bancos de cinco lugares, e o livro estava lá, pelo menos a pessoa me garantiu. (...) Embora eu francamente não me recordo de nada disso, convenci-me de que era o meu livro, mesmo porque essa pessoa me tinha em alta conta. (POMPEU, 1976: 21-2)

No trecho em apreciação, Quatro-olhos tece comentários acerca das circunstâncias históricas em curso na época de publicação do livro. Nesse particular, ele sugere cenas como a censura, a repressão e o autoritarismo – todas elas infligidas à sociedade civil. No entanto, a lembrança e a credibilidade de ocorrência dos referidos fatos estão ameaçadas: o narrador-protagonista – sem acesso direto às informações em razão da política de esquecimento a que foi subjugado – ignora a veracidade e mesmo a efetividade dos acontecimentos outrora vivenciados. Por isso mesmo, a consciência de que o livro é seu se dá em decorrência de um segundo sujeito por quem ele afirma ter grande apreço.

Essas observações ratificam a idéia de que o percurso da história, em inúmeros casos, é afeito a servir às intenções ideologicamente tracejadas pela elite. As estratégias de controle social articuladas por essa última implicam a adoção de métodos que suprimem da memória coletiva o passado violento e autoritário. Assim, no aludido fragmento, é enfatizada

a destruição do livro redigido por Quatro-olhos, ou seja, são suplantados os fatos pretéritos e, com isso, a identidade social, de modo que o personagem – e, mesmo, a classe civil – torne-se ou permaneça mutilado no tempo, sem recursos que possibilitem uma releitura da história com vistas aos seus interesses de libertação.

Tzvetan Todorov (2000), em conformidade com essa proposta de reflexão, frisa que os regimes totalitários emergentes no século XX – mais do que em qualquer outro período da história – agiram com rigor no sentido de suprimir da memória coletiva aquelas marcas catastróficas que traçaram os contornos dos povos subjugados à violência constitutiva. Do ponto de vista do autor, a verdade procurou adequar-se a um conceito de realidade forjada pelos repressores.

Segundo se verifica nos apontamentos precedentes, os regimes autoritários têm a capacidade de estabelecer limites na autoconsciência da sociedade. A falta de reflexão dos episódios históricos, conforme indicam os aludidos estudiosos, conduz ao positivismo da interpretação, latente na pesquisa histórica burguesa, a qual, segundo Jeanne Marie Gagnebin (1982: 65), “não questiona nem sua posição, nem a maneira pela qual a história (...) foi contada e transmitida, e ainda menos, a maneira pela qual ela se realizou”. Portanto, conforme alega a autora, “[e]screver a história dos vencidos exige a aquisição de uma memória que não consta nos livros da história oficial” (p. 67).

Essa falta de reflexão crítica sobre os postulados históricos universais explicaria também o conformismo dos grupos reprimidos, uma vez que ficaria suprimida a possibilidade de questionamento da história que fracassou, já que ela não mais constitui objeto de pesquisa. Isso abre margem para que a classe vencedora propague as suas ideologias de forma incontestável, inviabilizando, assim, qualquer manifestação antagônica a seus interesses. Assim, segundo Benjamin (1985: 226), é preciso construir um conceito de história que corresponda à premissa de que “o estado de exceção” em que se insere a tradição dos oprimidos constitua regra geral, justamente para que os episódios violentos não se extingam da memória dos povos.

Esses dados servem de alicerce para se consubstanciar a idéia de que a ocultação de informações e de experiências coletivas serve de fermento para as argumentações que negam os acontecimentos passados. Isso contribui para a implantação de uma memória reciclada que interessa ao poder e que, evidentemente, se afasta ainda mais do passado histórico real (Cf. PADRÓS, 2002). Com isso, os culpados pelas tragédias históricas são desresponsabilizados de seus atos, o que justificaria a permanência de ideologias e/ou de práticas autoritárias na sociedade atual.

Em *Quatro-olhos*, as questões relativas ao passado, a exemplo do que se pode observar nos demais fragmentos, não se circunscrevem apenas da perspectiva do narrador, mas do próprio texto. Esse último está carregado de lacunas e pressupostos que geram indagações e requerem preenchimentos, conforme se evidencia na seguinte passagem:

Considerações sutis de natureza enigmática, com mais alguns esclarecimentos, necessidades de ordem prática, me levaram naquela desprimorosa segunda-feira a deixar de lado o trabalho. Muito positivamente, estava desprovido do instrumental imprescindível à consecução da tarefa. Desmesura explicar que me faltavam papel e tinta, de modo que, nessa segunda-feira certa, nada escrevi. Interessante lembrar com pormenor as horas em que não fui autor, quando nada recorro do livro (POMPEU, 1976: 38).

O narrador, nesse trecho do romance, comenta que, numa certa segunda-feira, foi incapaz de dar continuidade ao trabalho que estava desenvolvendo. Nesse particular, ele expõe argumentos que visam a justificar as razões pelas quais ele foi obrigado, naquela ocasião, a abandonar a sua atividade rotineira. Dentre essas causas, ele cita, explicitamente, duas: em primeiro lugar, pela falta de material; e, em segundo, por não se lembrar de mais nada. Afora esses indícios, ele coloca um outro motivo que não pode ser constatado de maneira direta. Essa terceira proposta vincula-se a lacunas legadas pelo próprio texto, tais como podem ser evidenciadas a partir das seguintes perguntas: 1) Por que as considerações a que *Quatro-olhos* se refere são sutis e de natureza enigmática?; 2) Por que, aí, ele afirma haver necessidade de maiores

esclarecimentos?; 3) As necessidades de ordem prática que o protagonista menciona têm a ver somente com a carência de materiais ou com algo mais?; 4) Por que ele descreve aquela segunda-feira como desprimorosa?

As interrogações que a própria narrativa suscita remetem a uma dupla possibilidade de leitura. Por um lado, pode-se afirmar que o protagonista omitiu voluntária e conscientemente determinados detalhes, justamente por conhecer as condições de produção e de recepção das obras produzidas naquele período histórico. O seu trabalho original, pelo que tudo indica, foi destruído em virtude do seu conteúdo subversivo, logo o apagamento de certas informações é importante para que, nesse segundo momento, o livro possa circular. De outro lado, está o próprio desconhecimento dos fatos por parte de Quatro-olhos. Isso não significa que ele não tenha vivenciado os episódios históricos marcados pelo autoritarismo da Ditadura Militar; acontece que a institucionalização do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva obrigaram-no a olvidar aqueles acontecimentos que comprometessem a imagem do poder. Com isso, o sujeito não pode fazer emergir o que desconhece, o que é incapaz de lembrar. De qualquer forma, nos dois casos, o problema colocado consiste no fato de que aquilo que foi apagado foram os próprios eventos, a própria história.

Cabe, pois, ao historiador materialista não deixar a história e, conseqüentemente, a memória se perderem. Segundo Benjamin (1985), a tarefa do materialista histórico é contribuir na reapropriação dos fragmentos da história esquecidos pela historiografia. Não só isso: ele deve, ainda, ser fiel à história presente, porque é através dela que o passado poderá, talvez, alcançar sua libertação. Tudo isso, na visão do filósofo, contribui para que se irrompa uma outra história, uma espécie de anti-história, ou ainda a história da barbárie, sobre a qual se impõe a da cultura triunfante.

Em certa altura de *Quatro-olhos*, chama a atenção uma passagem em que o protagonista critica a dificuldade de acesso ao passado histórico, o que implicaria uma mudança em sua concepção de identidade:

A história do Brasil não me dizia respeito, eu não me sentia participante dela; meus avós era como se não tivessem existido. Assim, tive de recorrer a livros em língua estranha para me formar, fracos instrumentos contra o mundo que me cercava. Assim me pus a escrever, para criar minhas armas e esculpir meu mundo. Era um texto para ser usado pelos que viessem depois de mim, para que tivessem onde se agarrar, como eu me agarrava às poucas criações nacionais de que tinha conhecimento.

[...]

Seria necessário redescobrir a verdadeira história do Brasil para que eu recuperasse minha identidade perdida. (POMPEU, 1976: 88)

Esse fragmento remete para uma série de situações articuladas à questão do apagamento da memória. A primeira diz respeito à exclusão da sociedade civil da história oficial. Quatro-olhos, assim como os seus parentes, – que, nesse caso, alegorizam toda uma classe redimida – não se vêem como participantes do processo social. Eles foram retirados da historiografia e, consigo, todo um passado de dor e de sofrimento. Segundo Loiva Otero Félix (1998), essa seria uma estratégia de manipulação da memória com vistas a determinadas apropriações por interesses políticos. Ainda como se observa nesse particular, o protagonista teve acesso a certas informações a respeito dos grupos marginalizados em livros redigidos em língua estrangeira, o que dificultaria, pois, um trânsito a experiências autoritárias.

Um segundo ponto tange à importância do reconhecimento do passado agônico. Nesse trecho, o personagem demonstra uma profunda preocupação em não deixar tal passado se perder, pois, consigo, pelo que tudo indica, ele tem consciência de que as circunstâncias atuais são relevantes para a compreensão e a articulação do futuro daqueles indivíduos excluídos, marginalizados e reprimidos. De acordo com os preceitos de Nelly Richard (1999: 322), “[a] memória é um processo aberto de reinterpretação do passado que desfaz e refaz seus nódulos para que se ensaiem de novo acontecimentos e compreensões”. Segundo ela acrescenta, é justamente a laboriosidade dessa memória insatisfeita que perturba a vontade de sepultamento oficial da recordação vista simplesmente como depósito fixo de significações inativas.

Um terceiro aspecto concerne à questão da identidade. Quatro-olhos está isento de dados acerca de sua constituição cultural. Não só ele, mas todo um grupo social com o qual se identifica e constrói a sua identidade. Existiria, conforme Loiva Otero Félix (1998), uma associação entre memória e identidade nos seguintes termos: a memória é extinta quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade, já que seu suporte é o grupo social. Em contrapartida, ela acrescenta: “a identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo” (p. 42). Portanto, segundo seus argumentos, memória, identidade e história se entrecruzariam e fariam verter concepções do mundo e de ideologias até então despercebidas ou inimagináveis.

A memória desempenha, pois, funções importantes. Segundo Benjamin (1985), ela propicia uma releitura da história, levando as classes oprimidas ao inconformismo e, como decorrência disso, a uma tomada de consciência no que se refere às suas condições passadas e presentes, orientando-as, assim, em direção à libertação. Geoffrey Hartman (2000), nessa mesma linha argumentativa, confere à memória um aspecto que aponta rumo ao futuro. Arthur Nestrovski (2000: 192) descreve o seu papel nos seguintes termos: “[c]ada memória resgatada, cada relance é como um talismã, um instrumento para nos fazer sentir alguma coisa de novo, antes que a repetição e as defesas cubram a percepção com o véu da indiferença”.

Portanto, o não esquecimento dos fatos trágicos consignados pelos regimes autoritários é importante no sentido de se evitar a repetição das experiências históricas que têm proporcionado o terror das classes menos favorecidas. Com isso, a obra, ao exprimir momentos da sociedade passada, desempenha, no presente, um papel que orienta em direção ao futuro. Em outros termos: ao ser revelada a memória dos excluídos, é possível refletir o passado e propor novos rumos para a sociedade reprimida. Nos termos descritos pelo narrador de *Quatro-olhos*: “[s]e todo mundo passasse o tempo escrevendo livros sofríveis, o mundo certamente não seria pior do que é e quase certamente seria melhor. Todos com o direito de escrever e pronto. Os estetas que se fomentassem” (POMPEU, 1976: 131).

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. Da violência. In: _____. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. São Paulo: Unicamp, 2003.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória e libertação. In: _____. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HARTMAN, Geoffrey. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NETROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- NETROVSKI, Arthur. Vozes de crianças. In: _____. SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- PADRÓS, Enrique Serra. Uso da memória e esquecimento da história. In: GINZBURG, Jaime; UMBACH, Rosani Ketzer (Orgs.). *Letras: literatura e autoritarismo*. n.º 22. Santa Maria: UFSM, 2002.
- POMPEU, Renato. *Quatro-olhos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- RICHARD, Nelly. Políticas da memória e técnicas do esquecimento. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: _____. (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. São Paulo: Unicamp, 2003.
- TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós Asterisco*, 2000.